



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**Proposta de Diligência ao Projeto de Lei nº 283/2022**

**Comissão de Legislação e Justiça**

*Segundo Turno*  
*88 CN 568*

Proponho que o Projeto de Lei nº 283/2022 que *Dispõe sobre a garantia da acessibilidade comunicativa à mulher com deficiência auditiva e/ou visual vítima de violência doméstica e familiar*, de autoria dos(as) Vereadores(as) Nely Aquino; Gabriel; Jorge Santos; Marcos Crispim; Professora Marli; Reinaldo Gomes Preto Sacolão; Wanderley Porto, seja baixado em diligência, nos termos do art. 86, II, do Regimento Interno, ao Sr. Prefeito Fuad Noman, solicitando seja encaminhado ao órgão competente para prestar os seguintes esclarecimentos:

- Existe óbice técnico, legal ou de outra natureza para a aplicação das disposições constantes na Emenda 1 ao Projeto de Lei 283/2022?

Belo Horizonte, 02 de setembro de 2022

**IRLAN CHAVES  
DE OLIVEIRA  
MELO:9236076  
9634**

Assinado de forma digital por IRLAN  
CHAVES DE OLIVEIRA  
MELO:92360769634  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI  
Multipla v5, ou=22882751000111,  
ou=Presencial, ou=Certificado PF A3,  
cn=IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA  
MELO:92360769634  
Dados: 2022.09.02 16:59:42 -03'00'

Vereador Irlan Melo

Líder do Patriota

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA 02/09/22  
HORA 17:08:17

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

---

**RELATÓRIO****▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001**

**Data de verificação** 02/09/2022 20:12:45 UTC  
**Versão do software** 2.9-59-g146ff02

**▼ Informações do arquivo**

**Nome do arquivo** Diligência PL 283-22.pdf  
**Resumo SHA256 do arquivo** 0adaea07c2191ecc803f0ff8f13fcdcf107352c5ec2511a53f3c78bf9e1bada2  
**Tipo do arquivo** PDF  
**Quantidade de assinaturas** 1  
**Quantidade de assinaturas ancoradas** 1

**▼ Assinatura por CN=IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA MELO:\*\*\*607696\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR****▼ Informações da assinatura**

**Tipo de assinatura** Destacada  
**Status da assinatura** Aprovado  
**Caminho de certificação** Aprovado  
**Estrutura da assinatura** Conformidade com o padrão (ISO 32000).  
**Cifra assimétrica** Aprovada  
**Resumo criptográfico** Correto  
**Status dos atributos** Aprovados

**► Informações do assinante****► Caminho de certificação****► Atributos**

---

**AVALIE ESTE  
SERVIÇO****EXPANDIR  
ELEMENTOS****Modo escuro** ☐



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## PARECER EM 2º TURNO

### PROJETO DE LEI N. 358/2022

### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

#### 1. RELATÓRIO

Vêm à Comissão de Legislação e Justiça, em segundo turno de discussão e votação nesta Casa Legislativa, quatro Emendas ao Projeto de Lei n. 358/2022, que “Altera a Lei nº 9.063/05, que regula procedimentos e exigências para a realização de evento no Município.

Após receber pareceres das Comissões a que foi distribuído, obedecendo assim ao Regimento Interno, o Projeto de Lei n. 358/2022, de autoria dos Vereadores Ver.(a) Gabriel; Ver.(a) Irlan Melo; Ver.(a) Jorge Santos; Ver.(a) Léo; Ver.(a) Professor Juliano Lopes; Ver.(a) Reinaldo Gomes Preto Sacolão; Ver.(a) Wanderley Porto, foi aprovado em primeiro turno de discussão em reunião plenária. Tendo a proposta recebido emendas, e sendo o segundo turno o momento oportuno para apreciação dessa espécie de proposição, conforme os dispositivos regimentais, voltou a proposta a esta Comissão de Legislação e Justiça para receber parecer.

Assim, devidamente instruído e recebido pelo Presidente desta Comissão, fui designada relatora para a análise de constitucionalidade, legalidade e regimentalidade das Emendas Supressivas n. 1, 2 e 4, e Emenda Substitutiva n. 3 ao Projeto, e é nesta condição que passo a fundamentar o presente parecer.

#### 2. FUNDAMENTAÇÃO

Tratam-se de Emendas apresentadas ao Projeto de Lei n. 358/2022, que visa dispor sobre procedimentos e exigências para a realização de eventos no Município.

A Emenda Supressiva n. 1, de autoria das Vereadoras Bella Gonçalves e Iza Lourença, visa suprimir o art. 3º do Projeto.

As Emendas Supressivas n. 2 e 4, de autoria do Vereador Braúlio Lara, visam suprimir, respectivamente, o § 3º e os incisos I e II, do art. 3º-A, da Lei 9.063/05, acrescido pelo art. 3º do Projeto de Lei.

A Emenda Substitutiva n. 3, de autoria da Vereadora Bella Gonçalves, visa dar nova redação ao art. 1º do Projeto, para incluir novo parágrafo ao art. 3º da Lei n. 9.063/05, nos seguintes termos:

*§ 3º - A realização de evento promocional será condicionada à reserva de vagas para o exercício de atividades de comércio em veículos de tração*

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA 01/09/22  
HORA 9:56:52



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

*humana, mediante licenciamento, ainda que em caráter eventual, com critérios estabelecidos em regulamento e que contemplem os trabalhadores que já exercem as atividades em logradouro público, o que será considerado para fins das contrapartidas a que se refere o parágrafo anterior.*

Após breve explanação do mérito, passo a análise que compete a esta Comissão, nos termos do art. 52, I, “a”, do Regimento Interno.

## 2.1. DA CONSTITUCIONALIDADE

A análise da constitucionalidade de determinada proposição ou emenda corresponde à avaliação de sua compatibilidade com as regras e princípios, de caráter procedimental, formal ou material previstos pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB), considerando-se sua pertinência em relação ao poder de iniciativa e à competência legislativa no âmbito do Poder em que se manifesta.

O reconhecimento da supremacia da Constituição Federal e de sua força vinculante em relação aos Poderes Públicos torna inevitável a discussão sobre as formas e modos para sua legítima defesa e sobre a necessidade de Controle de Constitucionalidade dos atos do Poder Público, especialmente das leis e atos normativos.

Ao Poder Legislativo municipal cabe o controle de constitucionalidade preventivo, antes do nascimento jurídico da lei ou ato normativo, impedindo que o objeto contrário à Constituição da República ou à Constituição Estadual contamine o ordenamento jurídico.

Conforme exposto no item 2 deste parecer acima, “Fundamentação”, tratam-se de 4 Emendas apresentadas, sendo que três delas visam suprimir algum dispositivo que o Projeto visa acrescentar à Lei n. 9.063/05 e uma delas visa dar nova redação, acrescentando um novo parágrafo ao art. 3º da Lei em questão.

Assim, uma vez que as Emendas consistem basicamente na adequação do texto do projeto originário (supressão ou modificação da redação de dispositivos), não incorrem em violação às normas constitucionais.

Quanto à Emenda n. 3, que visa alterar a redação de dispositivo do Projeto para incluir novo parágrafo, implementa, meramente, uma condicionante para a realização de evento promocional que dispõe, não havendo violação às normas constitucionais.

Nesse sentido, não vislumbro vício de competência, de iniciativa ou violação aos princípios constitucionais, razão pela qual concluo pela constitucionalidade das Emendas apresentadas.



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## 2.2. DA LEGALIDADE

A análise de legalidade consiste na verificação de compatibilidade da proposição com as leis gerais federais, as leis estaduais pertinentes e a Lei Orgânica Municipal.

Quanto a este ponto, verifica-se que as Emendas apresentadas estão de acordo com o ordenamento jurídico e não apresentam qualquer violação à legislação vigente sobre o tema, pelos mesmos motivos apresentados quanto ao aspecto da constitucionalidade.

De tal modo, entendo pela legalidade das Emendas apresentadas ao Projeto de Lei n. 358/2022.

## 2.3. DA REGIMENTALIDADE

Por fim, verifica-se a regular tramitação e compatibilidade da proposição com os pressupostos regimentais de clareza e técnica legislativa, conforme dispõe os art. 98 e 99 do Regimento Interno, razão pela qual concluo pela regimentalidade das Emendas ao Projeto de Lei n. 358/2022.

## 3. CONCLUSÃO

Em face ao exposto, concluo pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade das Emendas ao Projeto de Lei n. 358/2022: Emendas Supressivas n. 1, 2 e 4, e Emenda Substitutiva n. 3.

Belo Horizonte, 26 de agosto de 2022.

FERNANDA PEREIRA  
ALTOE:04519898641  
Vereadora Fernanda Pereira Altoé

Assinado de forma digital por  
FERNANDA PEREIRA  
ALTOE:04519898641  
Dados: 2022.09.01 09:52:36 -03'00'

NOVO

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

---

**RELATÓRIO**

▼ **RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001**

**Data de verificação** 01/09/2022 12:59:33 UTC  
**Versão do software** 2.9-59-g146ff02

▼ **Informações do arquivo**

<b>Nome do arquivo</b>	Parecer PL 358-2022 procedimentos para eventos (segundo turno).pdf
<b>Resumo SHA256 do arquivo</b>	7a7f54fc91b25724a4365a64c1debe243e7e20ef39c6971e2411583f325b7b6e
<b>Tipo do arquivo</b>	PDF
<b>Quantidade de assinaturas</b>	1
<b>Quantidade de assinaturas ancoradas</b>	1

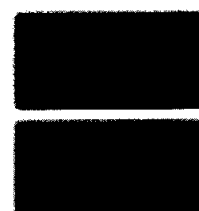
▼ **Assinatura por CN=FERNANDA PEREIRA ALTOE:\*\*\*198986\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=20828519000170, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR**

▼ **Informações da assinatura**

<b>Tipo de assinatura</b>	Destacada
<b>Status da assinatura</b>	Aprovado
<b>Caminho de certificação</b>	Aprovado
<b>Estrutura da assinatura</b>	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
<b>Cifra assimétrica</b>	Aprovada
<b>Resumo criptográfico</b>	Correto

▶ **Informações do assinante**

▶ **Caminho de certificação**



Modo escuro ☐

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA**  
**PARECER JURÍDICO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 375/2022 - 1º TURNO**  
**DE VOTAÇÃO**

**RELATÓRIO**

O Projeto de Lei 375/2022 que “Dispõe sobre o reajuste zero do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) para os exercícios financeiros de 2023 e 2024 no Município de Belo Horizonte.” de autoria da Vereadora Fernanda Pereira Altoé vem a esta Comissão de Legislação e Justiça, seguindo os trâmites regimentais para receber parecer jurídico.

Tendo preenchido os requisitos para sua interposição, a presente proposição legislativa foi devidamente recebida pela presidência desta Casa Legislativa e instruído com a legislação correlata pela unidade administrativa competente.

Designado relator, passo a analisar o projeto de lei em epígrafe nos termos do art. 52, I, “a” do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

**FUNDAMENTAÇÃO**

O parecer jurídico a ser exarado por esse relator deve observar a juridicidade da proposição legislativa posta a exame sob os aspectos de constitucionalidade, legalidade, adequação ao regimento interno desta Casa Legislativa, das características comuns às normas jurídicas e o seu caráter inovador, objetivando a produção de leis capazes de figurarem no ordenamento jurídico.

No exame de juridicidade sob o aspecto da compatibilidade da iniciativa legislativa com as características exigidas de todas as normas jurídicas observamos que é dotada de: generalidade, ou seja, vale para todos sem distinção de qualquer natureza; abstratividade, regulamenta situações abstratamente e não casos concretos; imperatividade, deve ser cumprida e observada por todos, e coercibilidade, dotada da possibilidade de utilizar do aparato e poder estatal para garantir o cumprimento da mesma.

Quanto a juridicidade sob o aspecto da inovação, a proposição inova no ordenamento jurídico, não sendo a matéria tratada por ela objeto de outra lei municipal.

A juridicidade do presente projeto de lei sob o aspecto da constitucionalidade está presente, pois vemos que a matéria em apreço está em conformidade com o art. 30, I da Constituição da República de 1988 - CF/88.

Tal dispositivo prevê, *in verbis*:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

(...)

Essa competência legislativa se traduz no ordenamento dos assuntos e interesses da coletividade municipal localmente pelo legislador municipal. A proposição de norma em que se busca congelamento dos valores pagos a título de Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) nos exercícios de 2023 e 2024, o parlamentar está em exercício pleno dessa competência, pois traz enunciado que reflete positivamente na vida do cidadão e empreendedores do município.

Não vislumbramos invasão de competência do prefeito municipal e consequentemente vício de iniciativa no presente projeto de lei. A regra adotada em nosso sistema constitucional, no processo legislativo, é a iniciativa concorrente. Excepcionais são as hipóteses de iniciativa reservada. Isso é o que decorre do art. 61 e parágrafos da Constituição Federal, cuja essência é reproduzida no art. 24 e parágrafos da Constituição do Estado de São Paulo.

A iniciativa reservada deve ser interpretada restritivamente, como hipótese de exceção que é, pois, como anotava há muito Carlos Maximiliano, "*exceptiones sunt strictissimae interpretationis*" (Hermenêutica e aplicação do direito, 18ªed., Rio de Janeiro, Forense, 1999, p.225). O Supremo Tribunal Federal - STF assentou a questão, reafirmando que as hipóteses de iniciativa reservada não podem receber interpretação analógica ou extensiva, de sorte a envolver situações não previstas de forma expressa na Constituição. Decidiu-se que:

*"O respeito às atribuições resultantes da divisão funcional do Poder constitui pressuposto de legitimação material das resoluções estatais, notadamente das leis. Prevalece, em nosso sistema jurídico, o princípio geral da legitimação concorrente para instauração do processo legislativo. Não se presume, em consequência, a reserva de iniciativa, que deve resultar — em face do seu caráter excepcional — de expressa previsão inscrita no próprio texto da Constituição, que define, de modo taxativo, em numerus clausus, as hipóteses em que essa cláusula de privatividade regerá a instauração do processo de*



*formação das leis.”(ADI 776-MC, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 23-10-92, DJ de 15-12-06; g.n.).*

Ademais, o Supremo Tribunal Federal, ao apreciar o RE nº 743.480 segundo a sistemática de repercussão geral, firmou a orientação de que não há na Constituição previsão de iniciativa privativa do prefeito municipal em se tratando de matéria tributária. Vejamos o teor da ementa: “*Tributário. Processo legislativo. Iniciativa de lei. 2. Reserva de iniciativa em matéria tributária. Inexistência. 3. Lei municipal que revoga tributo. Iniciativa parlamentar. Constitucionalidade. 4. Iniciativa geral. Inexiste, no atual texto constitucional, previsão de iniciativa exclusiva do Chefe do Executivo em matéria tributária. 5. Repercussão geral reconhecida. 6. Recurso provido. Reafirmação de jurisprudência. (relator o Ministro Gilmar Mendes) g.n*”

Poder-se-ia dizer que a alegada desconformidade com algum dos incisos I e II do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei nº 101/2000, pontuada pelo Poder Executivo na fl. 25 dos autos do processo legislativo que contém o projeto de lei, seria causa de inconstitucionalidade. Todavia, há dois motivos que inviabilizam tal análise: (a) para saber se houve ou não a estimativa de impacto, ou mesmo a adoção de medidas de compensação, seria necessário ingressar no exame dos fatos, o que é inviável no controle abstrato de validade das leis; e (b) a eventual violação da Lei de Responsabilidade Fiscal significa, em última análise, desrespeito apenas reflexo ao princípio da legalidade, não abrindo ensejo ao controle concentrado de constitucionalidade da lei.

Ao tecer apontamentos sobre a questão, Juliano Taveira Bernardes dispõe que “*a jurisprudência do STF adota perfil restritivo ao conceito de inconstitucionalidade, resumindo-o, para fins de controle (tanto concreto quanto abstrato), somente ao descompasso direito e frontal da norma impugnada em face da Constituição Federal*”. (*Controle abstrato de constitucionalidade, São Paulo, Saraiva, 2004, p.137*).

Nesse sentido confirmam-se os seguintes precedentes do STF: ADI 1.540-MS, julgada em 25.6.97, ADIn 252-PR, rel. Min. Moreira Alves, 20.11.97.

Deste modo, em consonância com a jurisprudência elencada anteriormente e os fundamentos jurídicos contidos no presente parecer jurídico, não vemos óbices constitucionais a proposição legislativa de lei em tela.

Com relação à juridicidade sob o aspecto da legalidade, que se manifesta pela ausência de contrariedade da iniciativa legislativa a legislação

infraconstitucional em geral, ou seja, às leis gerais federais, às leis estaduais que dizem respeito à matéria e à lei orgânica municipal.

Nesse sentido, examinando o projeto de lei em questão, verificamos afronta à legislação infraconstitucional. Notadamente, a Lei Complementar Federal nº 101/2000, A Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 14, I e II e o artigo 40 da Lei nº 11.308, de 2021, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da LOA 2022.

Existem implicações na receita municipal, pois a ausência de correção monetária influenciará depreciativamente na base de cálculo do IPTU. Corrobora esse entendimento a robusta manifestação da Secretaria Municipal da Fazenda, às fls. 22 a 31 dos autos, que passam a integrar este parecer jurídico. Demonstrou-se impedimentos legais, técnicos e financeiros ao presente projeto de lei.

Vejamos, a título de exemplo, alguns trechos:

(...)

“Assim sendo, em que pese as elevadas intenções da autora da iniciativa legislativa

em exame, salientamos, ainda, que a instituição de benefício fiscal que implique na concessão ou ampliação de benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, tal como a prevista na proposição em exame, deve estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das condições previstas nos incisos I e II do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, e ainda:

“I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;  
II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.”

Como se verifica na documentação que acompanha o Projeto de Lei em comento, não foi apresentada qualquer estimativa do impacto orçamentário-financeiro que a implementação da medida implicaria, tampouco demonstrado que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e que não afetará os resultados fiscais ou acompanhada de medidas de compensatórias na forma prescrita pelo inciso I e II do art. 14 da LRF.”

(...)

Por fim destacamos, ainda, as disposições do artigo 40 da Lei nº 11.308, de 2021, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da LOA 2022, que instituíram demonstrativos que deverão acompanhar a apresentação de proposições

legislativas relacionados com a concessão de benefícios fiscais e à renúncia de receitas, relacionadas com as metas de resultado nominal e primário e com os objetivos, metas e indicadores relativos à política pública fomentada, que não foram observados pela autora da proposição em,exame, conforme se verifica nas disposições deste artigo:

"Art. 40 - Os projetos de lei de concessão de anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que impliquem redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado, atenderão ao disposto no art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101/00, devendo ser instruídos com:

I - demonstrativo evidenciando que não serão afetadas as metas de resultado nominal e primário;

II - demonstrativo evidenciando os benefícios de natureza econômica ou social.

§ 1º - A renúncia de receita decorrente de incentivos fiscais em todas as regiões da cidade será considerada na estimativa de receita da lei orçamentária.

§ 2º - As proposições que criem ou prorroguem benefícios tributários devem estar acompanhadas dos objetivos, metas e indicadores relativos à política pública fomentada.

§ 3º - O Poder Executivo adotará providências com vistas a elaborar metodologia de acompanhamento e avaliação dos benefícios tributários, incluindo o cronograma e a periodicidade das avaliações, com base em indicadores de eficiência, eficácia e efetividade;

§ 4º - Os projetos de lei aprovados que resultem em renúncia de receita em razão de concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária, financeira, creditícia ou patrimonial, ou que vinculem receitas, deverão conter cláusula de vigência de, no máximo, cinco anos."

Oportuno destacarmos, que disposições nesse mesmo sentido estão previstas também no art. 37 do Projeto de Lei nº367122, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei do Orçamento Anual de 2023, em tramitação na Câmara Municipal." (...)

Quanto à juridicidade sob o aspecto da regimentalidade prevista no art. 99 do Regimento Interno desta Casa, não vislumbramos afrontas ao regimento na presente proposição legislativa em questão.

## CONCLUSÃO

Por todo o exposto, opino pela constitucionalidade, ilegalidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 375/2022.

Belo Horizonte, 02 de setembro de 2022.

  
VEREADOR REINALDO GOMES PRETO SACOLÃO  
Relator

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA**  
**PARECER JURÍDICO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 376/2022 - 1º TURNO DE**  
**VOTAÇÃO**

**RELATÓRIO**

O Projeto de Lei 376/2022 que “Dispõe sobre a restrição do uso de tecnologias de reconhecimento facial pelo Poder Público no Município de Belo Horizonte.” de autoria das Vereadoras Bella Gonçalves, Iza Lourença e Macaé Evaristo, vem a esta Comissão de Legislação e Justiça, seguindo os trâmites regimentais, para receber parecer jurídico.

Tendo preenchido os requisitos para sua interposição, a presente proposição legislativa foi devidamente recebida pela presidência desta Casa Legislativa e instruído com a legislação correlata pela unidade administrativa competente.

Designado relator, passo a analisar o projeto de lei em epígrafe nos termos do art. 52, I, “a” do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

**FUNDAMENTAÇÃO**

O parecer jurídico a ser exarado por este relator deve observar o aspecto jurídico da proposição legislativa posta a exame. Assim, examinaremos o texto do Projeto de Lei 376/2022 relativamente a juridicidade sobre o aspecto da constitucionalidade, legalidade e regimentalidade, dentre outras circunstâncias.

Passemos ao exame da juridicidade matéria sob o aspecto da constitucionalidade.

Salientamos que a matéria objeto da iniciativa legislativa não está no âmbito de competência de iniciativa privativa do prefeito municipal. Tal competência deve ser interpretada restritivamente, pois está especificada em *numerus clausus* no art. 61 da Constituição da República de 1988 - CF/88. Nesse sentido é a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal - STF.

“AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ARTIGOS 1º, 2º E 3º DA LEI N. 50, DE 25 DE MAIO DE 2.004, DO ESTADO DO AMAZONAS. TESTE DE MATERNIDADE E PATERNIDADE. REALIZAÇÃO GRATUITA. EFETIVAÇÃO DO DIREITO À ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. LEI DE INICIATIVA PARLAMENTAR QUE CRIA DESPESA PARA O ESTADO-MEMBRO. ALEGAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL NÃO ACOLHIDA. CONCESSÃO DEFINITIVA DO BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. QUESTÃO DE ÍNDOLE PROCESSUAL. INCONSTITUCIONALIDADE DO INCISO I DO ARTIGO 2º. SUCUMBÊNCIA NA AÇÃO INVESTIGATÓRIA. PERDA DO BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. INCONSTITUCIONALIDADE DO INCISO III DO ARTIGO 2º. FIXAÇÃO DE PRAZO PARA CUMPRIMENTO DA DECISÃO JUDICIAL QUE DETERMINAR O RESSARCIMENTO DAS DESPESAS REALIZADAS PELO ESTADO-MEMBRO. INCONSTITUCIONALIDADE DO INCISO IV DO ARTIGO 2º. AFRONTA AO DISPOSTO NO ARTIGO 61, § 1º, INCISO II, ALÍNEA “E”, E NO ARTIGO 5º, INCISO LXXIV, DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. 1. Ao contrário do afirmado pelo requerente, a lei atacada não cria ou estrutura qualquer órgão da Administração Pública local. Não procede a alegação de que qualquer projeto de lei que crie despesa só poderá

ser proposto pelo Chefe do Executivo. As hipóteses de limitação da iniciativa parlamentar estão previstas, em *numerus clausus*, no artigo 61 da Constituição do Brasil --- matérias relativas ao funcionamento da Administração Pública, notadamente no que se refere a servidores e órgãos do Poder Executivo. Precedentes. (...) (ADI 3394, Relator(a): Min. EROS GRAU, Tribunal Pleno, julgado em 02/04/2007, DJe-087 DIVULG 23-08-2007 PUBLIC 24-08-2007 REPUBLICAÇÃO: DJe-152, DIVULG 14-08-2008 PUBLIC 15-08-2008 EMENT VOL-02328-01 PP-00099 DJ 24-08-2007, PP-00023 RT v. 96, n. 866, 2007, p. 112-117)”

Entretanto, vislumbramos vícios de inconstitucionalidade da presente proposição legislativa pelos motivos a seguir explanados. Sob o pretexto de restringir a utilização de tecnologias de reconhecimento facial, o projeto de lei na realidade traz uma verdadeira vedação *ad aeternum* a qualquer utilização da citada tecnologia. Isto porque traz dispositivos que obrigam o poder público municipal, notadamente a administração direta e indireta do Poder Executivo, a não contratar, adquirir e utilizar, dentre outras vedações, a tecnologia de reconhecimento facial, como se depreende de seus artigos 3º, 4º, 5º. São condutas e vedações ao arrepio da Constituição Federal de 1988 no seu art. 2º, que contém o princípio da harmonia e separação entre os poderes.

Na realidade, a presente proposição legislativa traz repercussões administrativas que vão além da competência do poder legislativo. Repercute na esfera de administração do Poder Executivo, ou seja, na utilização de tecnologia em rotina administrativa, prática de atos e prestação de serviços públicos.

Apesar de inovar no ordenamento jurídico, o projeto de lei não traz norma geral, abstrata e impessoal. Não possui caráter programático, mas de norma de efeitos concretos contendo típicos comandos administrativos. Tem o condão de acarretar inconvenientes e percalços a atuação administrativa e gestão no âmbito do executivo, comprometendo o funcionamento da administração pública e a boa prestação do serviço público. Principalmente na área de segurança pública. É o que se depreende da resposta da Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção, fls. 24 a 26, constante dos autos do presente projeto de lei, da qual destacamos o seguinte trecho:

**“(...)No entanto, apesar de ainda não contarmos com o uso de tecnologia de reconhecimento facial no Município de Belo Horizonte, é importante enfatizar que o vídeo monitoramento e o reconhecimento facial tornaram-se um elemento importante nas políticas de segurança, sendo que o uso desses sistemas cumpre um papel fundamental no combate ao crime e no auxílio a outras tarefas de prevenção a criminalidade. (...)” g.n**

Mais adiante esclarece: **“(...)Nesse sentido, em que pese os dados apresentados sobre a possibilidade de erros dos algoritmos em relação às expressões faciais, rosto mal iluminado, envelhecimento, transições de gêneros, dentre outros, entendemos que o uso do reconhecimento facial trata-se de uma tecnologia e, portanto, deve estar em constante evolução. Assim, é possível que haja o desenvolvimento de programas que garantam a eficácia necessária e exigida para a utilização do reconhecimento facial pelo Poder Público Municipal.**

**Vale ressaltar que compartilhamos e reconhecemos que o uso dessa tecnologia apresenta desafios e riscos e reforçamos que somos contrários a qualquer prática de discriminação**

ou violação dos direitos fundamentais. Contudo, a possível vedação ao Poder Público de obter, adquirir, reter, vender, possuir, receber, solicitar, acessar, desenvolver, aprimorar ou utilizar tecnologias de reconhecimento facial tornaria inviável o desenvolvimento ou contratação de serviço que tenha a sua eficácia comprovada para tal finalidade. Destaca-se que essa tecnologia pode ser útil em diversas prestações de serviços do Município, tais como identificação de pessoas desaparecidas e medida de prevenção às práticas de crimes, dentre outros, contribuindo de forma significativa com os serviços prestados pela Guarda Civil Municipal e o Centro Integrado de Operações de Belo Horizonte. (...)”g.n.

Vale ressaltar a manifestação da Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte – PRODABEL, fls. 23: (...)“Informamos que o uso de tecnologias com inteligência de reconhecimento facial é uma tendência mundial no âmbito de cidades inteligentes. Hoje, ela é amplamente utilizada por empresas públicas e de direito privado, nas diversas áreas, tais como: educação, segurança, assistência social, controle de acesso, no poder judiciário, portal do governo federal, instituições bancárias, dentre outras.

A utilização de tecnologias de reconhecimento facial através da Biometria Facial e algoritmos inteligentes, apesar de recente e estar em constante processo de desenvolvimento e evolução, apresenta muitas vantagens e possibilidades de evoluções de processos. Agrega diversas competências à vida moderna do cotidiano social, dando celeridade e confiabilidade à sociedade que a utiliza.” (...) G.n.

E por fim a manifestação da Subsecretaria de Modernização da Gestão integrante da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, fls. 27 a 29:

“(...) Manifestamo-nos contra a aprovação do projeto de lei, ao considerar que as limitações apresentadas não obstem o uso racional da tecnologia, bem como o fato desta permanecer em constante evolução e, por conseguinte, estar em processo contínuo de aprimoramento de seus algoritmos e redução seus vieses de funcionamento. (...)”

O uso de algoritmos para o reconhecimento facial possui duas dimensões importantes, a saber, a identificação e a classificação de indivíduos. Sobre a identificação, a automatização ou semi-automatização do processo trata de agilizar o que já é praticado em várias políticas de segurança por vários entes da federação sobre o uso de videomonitoramento, servindo para rastrear indivíduos que praticam atos ilícitos, que vão desde roubos e furtos até injúrias praticadas em lugares públicos, ou na identificação e validação de usuários, como na plataforma gov.br do Governo Federal.

A validação biométrica, como é denominada, também é aplicada para simplificar processos de prova de vida, evitando deslocamentos desnecessários de pessoas com mobilidade reduzida.

Sobre a classificação, trata-se de identificar perfis de indivíduos - no caso do poder público, usuários de serviços - para aprimorar processos internos e a prestação de serviços públicos, de acordo com as necessidades e perfis dos usuários. Importante destacar que muitos grupos populacionais acabam invisíveis aos registros oficiais e, por meio de tecnologias alternativas de captação de dados, como a de reconhecimento facial,

**torna-se possível identificar perfis de usuários e adaptar os serviços públicos de forma a serem mais qualificados e mais inclusivos.**

**Sabe-se, como bem apontado na justificativa do referido projeto de lei, que os modelos de reconhecimento facial possuem caráter probabilístico e, por isso, possuem margem de erro. Entende-se que essa característica não invalida a tecnologia, que está em constante evolução para reduzir os vieses de identificação e classificação por raça/cor, sexo e gênero, idade, dentre outras dimensões. (...)**

Trouxemos esses excertos para demonstrar o inconveniente administrativo e ingerência em matérias que cabem ao Poder Executivo avaliar sua aquisição e utilização. Não cabe ao Poder Legislativo proibir outro poder do município de exercer juízo de oportunidade, conveniência e utilidade de determinada ferramenta tecnológica a ser utilizada em sua rotina administrativa, de gestão e na prestação de serviços públicos.

Diante disso, observa-se que o contido na proposição legislativa em questão vai contra os princípios constitucionais da eficiência, economicidade e do interesse público.

É contrário também ao princípio da razoabilidade, pois apesar de eventuais inconvenientes que possam haver na utilização da tecnologia de reconhecimento facial, a mesma, como toda tecnologia está em constante evolução e aprimoramento. Podem ser exigidos critérios mínimos de qualidade dentro outros cuidados quando da contratação da tecnologia em questão. Na Lei Federal nº 13.709/2018, que trata da proteção de dados, tem dispositivos que protegem o direito de imagem e privacidade do cidadão. Proibir *ad aeternum* o uso de qualquer tecnologia não é razoável. Corrobora tal entendimento a manifestação da Subsecretaria de Modernização da Gestão, fl.29:

**Nesse sentido, entende-se que a questão que se impõe é a da aplicação de regras de uso sobre os dados eventualmente adquiridos por meio de algoritmos de reconhecimento facial, o que se entende já existir por meio da legislação vigente, em especial a Lei nº 13.709/2018 que versa sobre proteção de dados. Entende-se, também, que a aplicação de critérios mínimos de qualidade para as estimativas de identificação e classificação devem compor o processo de aquisição, com o objetivo de uso racional de recursos públicos, sem a vedação a priori da tecnologia, reiterando a importância de suas aplicações na modernização da gestão e na busca de aperfeiçoamento na prestação de serviços públicos, sempre com respeito a inclusão.**

Outro ponto de inconstitucionalidade é o disposto no artigo 8º do projeto de lei. Determina ao Poder Executivo a regulamentação da lei decorrente da presente iniciativa legislativa com estabelecimento de prazo de 120 (cento e vinte dias para tanto. O poder de regulamentar e o prazo de sua efetivação é inerente ao Poder Executivo, não depende de concessão ou determinação de outro poder do município. Esse tipo de comanda é contrário à Constituição Federal, notadamente o seu art. 2º, por mais uma vez afrontar o princípio constitucional da harmonia e separação entre os poderes que vem inserto no bojo desse artigo.

Com relação à juridicidade sob o aspecto da legalidade, temos presente a legalidade da proposição legislativa que se manifesta pela ausência de contrariedade da iniciativa legislativa



com a legislação infraconstitucional em geral, como as leis gerais federais, as leis estaduais que dizem respeito à matéria e a lei orgânica municipal.

No caso específico, não há como conceber um projeto de lei inconstitucional como legal. Sendo a Constituição de um país sua lei maior, a contrariedade de norma jurídica ou projeto de lei a Carta da República acarreta sua ilegalidade.

Quanto à juridicidade sob o aspecto da regimentalidade prevista no art. 99 do Regimento Interno desta Casa, não vislumbramos afrontas ao regimento na presente proposição legislativa em questão.

### CONCLUSÃO

Por todo o exposto, opino pela inconstitucionalidade, ilegalidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 376/2022.

Belo Horizonte, 05 de setembro de 2022.

  
VEREADOR REINALDO GOMES PRETO SACOLÃO  
Relator



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## PARECER EM 1º TURNO

### PROJETO DE LEI N. 377/2022

### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

#### 1. RELATÓRIO

Vem à Comissão de Legislação e Justiça, em primeiro turno de discussão e votação nesta Casa Legislativa, o Projeto de Lei n. 377/2022, de autoria dos Vereadores Ver.(a) Gabriel; Ver.(a) Álvaro Damião; Ver.(a) Irlan Melo; Ver.(a) Jorge Santos; Ver.(a) Léo; Ver.(a) Marilda Portela; Ver.(a) Nely Aquino; Ver.(a) Professor Juliano Lopes; Ver.(a) Reinaldo Gomes Preto Sacolão; Ver.(a) Wanderley Porto, que “Altera a classificação quanto à permissividade de usos da Rua Medusa, no Bairro Santa Lúcia”.

Devidamente instruído e recebido pelo Presidente desta Comissão, fui designada relatora e é nesta condição que passo a fundamentar o presente parecer.

#### 2. FUNDAMENTAÇÃO

O projeto em análise visa alterar para via de caráter misto a classificação quanto à permissividade de usos de toda a extensão da Rua Medusa, localizada no Bairro Santa Lúcia. Como consequência, propõe a atualização do anexo VI do Plano Diretor do Município de Belo Horizonte, instituído pela Lei nº 11.181, de 8 de agosto de 2019.

Como justificativa expõe que “O projeto de lei propõe alterações da classificação viária e quanto à permissividade de uso da Rua Medusa, localizada no Bairro Santa Lúcia, a qual não há previsão de permissividade específica, para via de caráter misto, onde são admitidas atividades de médio impacto urbanístico, predominantemente conviventes com o cotidiano da vizinhança, com potencial de polarização de outras atividades econômicas. A rua já apresenta características de via de caráter misto, e a alteração na sua permissividade possibilitaria um maior desenvolvimento econômico da região, além de facilitar o cotidiano dos moradores”.

Considerando que: (a) o Projeto em questão propõe a atualização do anexo VI do Plano Diretor do Município de Belo Horizonte, instituído pela Lei nº 11.181, de 8 de agosto de 2019; e (b) o art. 83, V, § 5º da referida Lei prevê que é atribuição do Conselho Municipal de Política Urbana (COMPUR) promover a atualização das classificações viárias quanto à permissividade em relação à instalação de usos não residenciais e à função no sistema de circulação, devendo tais atualizações serem encaminhadas pelo Executivo ao Legislativo, por meio de projeto de lei; apresentei pedido de informação ao Conselho Municipal de Política Urbana (COMPUR), com o

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA: 02.09.2022  
HORA: 15:13:19



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

objetivo de obter esclarecimentos sobre os seguintes aspectos do projeto:

1. *Já houve prévia análise do COMPUR e/ou do Conselho Municipal de Política Urbana sobre a alteração da classificação quanto à permissividade de usos da Rua Medusa, no Bairro Santa Lúcia?*
2. *Em caso positivo da resposta ao item 1, qual a deliberação do(s) referido(s) órgãos sobre tal alteração?*
3. *Em caso negativo da resposta ao item 1, seria possível o(s) referido(s) órgãos promover(em) tal análise, esclarecendo se:*
  - a. *a referida rua possui condições técnicas e viáveis para obter destinação como uso misto?*
  - b. *Existem estabelecimentos não residenciais situados na referida rua? Se existe, porque a Lei 11.181/19, que contém o Plano Diretor de BH, não contemplou essa realidade?*
  - c. *Existem condições técnicas para a mudança de classificação de uso da rua mencionada?*
4. *O Legislativo pode propor diretamente um Projeto de Lei para dispor sobre tal matéria?*

A Prefeitura de Belo Horizonte apresentou resposta quanto à alteração de permissividade de outra rua (Rua Iraci Sansão) e se limitou a informar que a alteração de permissividade ainda não foi objeto de análise pelo COMPUR.

Após breve explanação do mérito, passo a análise que compete a esta Comissão, nos termos do art. 52, I, “a”, do Regimento Interno.

## 2.1. DA CONSTITUCIONALIDADE

A análise da constitucionalidade de determinada proposição ou emenda corresponde à avaliação de sua compatibilidade com as regras e princípios, de caráter procedimental, formal ou material previstos pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB), considerando-se sua pertinência em relação ao poder de iniciativa e à competência legislativa no âmbito do Poder em que se manifesta.

O reconhecimento da supremacia da Constituição Federal e de sua força vinculante em relação aos Poderes Públicos torna inevitável a discussão sobre as formas e modos para sua legítima defesa e sobre a necessidade de Controle de Constitucionalidade dos atos do Poder Público, especialmente das leis e atos normativos.

Ao Poder Legislativo municipal cabe o controle de constitucionalidade preventivo, antes do nascimento jurídico da lei ou ato normativo, impedindo que o objeto contrário à Constituição da República ou à Constituição Estadual contamine o ordenamento jurídico.

*In casu*, verifica-se a competência municipal para legislar sobre o tema proposto, nos termos do art. 30, I, da Constituição da República: “Art. 30. Compete aos Municípios: I - legislar sobre



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

assuntos de interesse local;”.

E o art. 171, inciso I, alínea “d” da Constituição Estadual de Minas Gerais dispõe: “Art. 171. Ao Município compete legislar: I – sobre assuntos de interesse local, notadamente: a) o plano diretor;”.

Quanto à iniciativa para deflagrar o processo legislativo, também não vislumbro nenhum vício no presente Projeto de Lei, uma vez que a iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo, estabelecida na Constituição Federal e Estadual, deve ser interpretada de forma restritiva.

A seu turno, já se manifestou o Supremo Tribunal Federal e o Tribunal de Justiça de Minas Gerais:

*(...) as hipóteses de limitação da iniciativa parlamentar estão previstas, em numerus clausus, no art. 61 da Constituição do Brasil, dizendo respeito às matérias relativas ao funcionamento da Administração Pública, notadamente no que se refere a servidores e órgãos do poder Executivo. Não se pode ampliar aquele rol, para abranger toda e qualquer situação que crie despesa para o Estado-membro, em especial quando a lei prospere em benefício da coletividade. (ADI n. 3394-8, Rel. Ministro Eros Grau, DJ. 24/08/2007).*

*Ação direta de inconstitucionalidade. Lei municipal. Previsão de realização de campanha pública de conscientização sobre depósito de materiais recicláveis. Constitucionalidade. - Não é inconstitucional lei municipal, de iniciativa do Legislativo local, que prevê a realização de campanha pública de conscientização sobre o depósito de materiais recicláveis por parte da Administração Municipal, ainda que disso resulte aumento de despesas para o Executivo, mesmo porque as hipóteses de limitação da iniciativa parlamentar estão previstas em 'numerus clausus' no artigo 61 da Constituição Federal, referindo-se apenas às matérias relativas ao funcionamento da Administração Pública. (Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.0000.08.476253-3/000 - Comarca de Iturama - Requerente: Prefeito Municipal de Iturama - Requerida: Câmara Municipal de Iturama - Relator: Des. José Antonino Baía Borges.)*

No entanto, verifica-se que a proposição viola o princípio da separação de poderes, disposto no art. 2º da Constituição da República, uma vez que denota ingerência do Poder Legislativo no âmbito de atuação reservado ao Poder Executivo.

Para melhor compreensão do tema, importa esclarecer que o Projeto em análise visa alterar a classificação quanto a permissividade de rua e, via de consequência, altera o anexo VI do Plano Diretor da Cidade, aprovado pela Lei n. 11.181/2019.

O Plano Diretor é o instrumento básico da Política Urbana do município e define as normas fundamentais de ordenamento da cidade. Contempla questões vinculadas à estrutura e desenvolvimento urbano, ao meio ambiente, à habitação social, ao patrimônio histórico e cultural, à mobilidade, bem como ao tratamento e a relação dos espaços públicos e privados.



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Sobre o tema, assim dispõe a Constituição da República:

*Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.*

*§ 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.*

*§ 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.*

*§ 3º As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.*

*§ 4º É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:*

*I - parcelamento ou edificação compulsórios;*

*II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;*

*III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.*

O art. 40<sup>1</sup> do Estatuto da Cidade, por sua vez, estabelece que Plano Diretor deverá ser aprovado por meio de lei municipal, de modo que deve ser editada uma lei formal para que se aprove ou altere o Plano Diretor. No entanto, a obrigatoriedade de ser aprovado por meio de uma lei não o transforma em uma lei material, pois não apresenta os requisitos da generalidade e da abstração. Suas normas são concretas e específicas e buscam a obtenção de um resultado concreto, qual seja, um plano urbanístico que contém os principais instrumentos de ordenamento territorial.

A doutrina e a jurisprudência já firmaram entendimento de que para alteração do Plano Diretor, ou seja, para que haja modificação na lei que o aprovou, deve ser observado o mesmo processo de sua elaboração, ou seja, processo de planejamento participativo, conduzido pelo Poder Executivo e encaminhado para a Câmara Municipal para aprovação.

---

<sup>1</sup> Art. 40. O plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.

§ 1º O plano diretor é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas.

§ 2º O plano diretor deverá englobar o território do Município como um todo.

§ 3º A lei que instituir o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada dez anos.

§ 4º No processo de elaboração do plano diretor e na fiscalização de sua implementação, os Poderes Legislativo e Executivo municipais garantirão:

I – a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade;

II – a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos;

III – o acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidos.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Sendo assim, a Câmara Municipal pode aprovar ou rejeitar o novo plano diretor, não podendo alterá-lo via emendas parlamentares ou lei posteriores. O posicionamento do Poder Judiciário brasileiro tem apontado nesta direção:

*Ação direta de inconstitucionalidade - Lei Complementar nº 35/10.10.2006 do Município de Lençóis Paulista, que dispõe sobre o "Plano Diretor Participativo, as ações estratégicas, o sistema e o processo de planejamento e gestão do desenvolvimento urbano do município de Lençóis Paulista, e dá outras providências" sustentada inconstitucionalidade de trecho do inciso II, do art. 17, e do inciso X, do art. 35, mantidos e promulgados pelo Presidente da Câmara Municipal após rejeição dos vetos apostos pelo alcaide às emendas legislativas nºs 5 e 10, que os acrescentava - depois de ouvir e debater com a população e com as associações representativas dos vários seguimentos da comunidade, quem elabora o Plano Diretor e detém iniciativa de em lei transformá-lo, como instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, é o Chefe do Poder Executivo Municipal, pois dito plano, nos expressos termos do § 1º do art. 40 da Lei nº 10.257/10.07.2001 (Estatuto da Cidade) é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas. À Câmara Municipal, por conseguinte, cabe aprová-lo, como expressa literalmente o § 1º do art. 182 da Constituição Federal, sem poder via emendas modificá-lo, ainda mais se desse processo alijou o povo e o direito que este tem de influenciá-lo - violação aos artigos 40, 5º, 37, 47, II e XIV, 144, 180, caput e II, e 181 da Constituição Estadual - ação procedente. (Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 142.426-0/0-00. Relator Paulo Bisson, 06 de junho de 2007).*

Portanto, o projeto de lei de iniciativa do legislativo que visa alterar um anexo da lei que aprova o Plano Diretor, é inconstitucional por se tratar, na verdade, de um ato de gestão da cidade e não de edição normativa.

Ao Poder Executivo cabe primordialmente a função de administrar, a qual se revela em atos de planejamento, organização, direção e execução de atividades inerentes ao Poder Público. A seu turno, ao Poder Legislativo cabe, de forma primeva, a função de editar leis, ou seja, estabelecer atos normativos revestidos de generalidade e abstração.

Cumprindo recordar o ensinamento de Hely Lopes Meirelles, anotando que “a Prefeitura não pode legislar, como a Câmara não pode administrar. Cada um dos órgãos tem missão própria e privativa: a Câmara estabelece regra para a Administração; a Prefeitura a executa, convertendo o mandamento legal, genérico e abstrato, em atos administrativos, individuais e concretos. O Legislativo edita normas; o Executivo pratica atos segundo as normas. Nesta sinergia de funções é que residem a harmonia e independência dos Poderes, princípio constitucional (art.2º) extensivo ao governo local. Qualquer atividade, da Prefeitura ou Câmara, realizada com usurpação de funções é nula e inoperante”. Sintetiza, ademais, que “todo ato do Prefeito que infringir prerrogativa da



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Câmara – como também toda deliberação da Câmara que invadir ou retirar atribuição da Prefeitura ou do Prefeito – é nulo, por ofensivo ao princípio da separação de funções dos órgãos do governo local (CF, art. 2º c/c o art. 31), podendo ser invalidado pelo Poder Judiciário” (Direito municipal brasileiro, 15. ed., atualizada por Márcio Schneider Reis e Edgard Neves da Silva, São Paulo, Malheiros, 2006, páginas 708 a 712).

Nesse sentido, quando a pretexto de legislar, o Poder Legislativo interfere na atuação destinada ao Poder Executivo, por meio do Conselho Municipal de Política Urbana (Compur), instância de discussão e deliberação de políticas de planejamento urbano e gestão do território de Belo Horizonte, viola a harmonia e independência que deve existir entre os poderes estatais (art. 2º da Constituição Federal e art. 6º da Constituição Estadual).

De tal modo, face a todo retro exposto, resta configurada a inconstitucionalidade do Projeto de Lei n. 377/2022.

## 2.2. DA LEGALIDADE

A análise de legalidade consiste na verificação de compatibilidade da proposição com as leis gerais federais, as leis estaduais pertinentes e a Lei Orgânica Municipal.

Quanto a este ponto, verifica-se que a proposição viola o ordenamento jurídico.

O art. 83, V, § 5º da Lei n. 11.181/2019 prevê que é atribuição do Conselho Municipal de Política Urbana (COMPUR) promover a atualização das classificações viárias quanto à permissividade em relação à instalação de usos não residenciais e à função no sistema de circulação, devendo tais atualizações serem encaminhadas pelo Executivo ao Legislativo, por meio de projeto de lei:

*Art. 83 - O Compur é o órgão municipal colegiado responsável pela discussão pública de matérias de política urbana e tem as seguintes atribuições:*

*V - promover a atualização das classificações viárias quanto à permissividade em relação à instalação de usos não residenciais e à função no sistema de circulação;*

*5º - As atualizações propostas pelo Compur nos termos do inciso V do caput deste artigo serão encaminhadas a cada 3 (três) meses pelo Executivo ao Legislativo, por meio de projeto de lei.*

Sendo assim, uma vez que não houve análise do COMPUR sobre a alteração pretendida, bem como tal atualização não foi encaminhada pelo Executivo ao Legislativo, nos termos do dispositivo acima mencionada, verifica-se a ilegalidade da proposição.

De tal modo, entendo pela ilegalidade do Projeto de Lei n. 377/2022.



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## 2.3. DA REGIMENTALIDADE

Por fim, verifica-se a regular tramitação e compatibilidade da proposição com os pressupostos regimentais de clareza e técnica legislativa, conforme dispõe os art. 98 e 99 do Regimento Interno, razão pela qual concluo pela regimentalidade das Emendas ao Projeto de Lei n. 377/2022.

## 3. CONCLUSÃO

Em face ao exposto, concluo pela inconstitucionalidade, ilegalidade e regimentalidade do Projeto de Lei n. 377/2022.

Belo Horizonte, 5 de setembro de 2022.

FERNANDA PEREIRA  
ALTOE:04519898641

Assinado de forma digital por FERNANDA  
PEREIRA ALTOE:04519898641  
Dados: 2022.09.05 15:12:05 -03'00'

**VEREADORA FERNANDA PEREIRA ALTOÉ**  
**RELATORA**



[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

---

**RELATÓRIO****▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001**

<b>Data de verificação</b>	05/09/2022 18:15:00 UTC
<b>Versão do software</b>	2.9-59-g146ff02

**▼ Informações do arquivo**

<b>Nome do arquivo</b>	Parecer PL 377-2022 alteração uso rua (2).pdf
<b>Resumo SHA256 do arquivo</b>	6140f70dafba3e7a77335ed133f0e3134224708ffd23730d8e0671e5f1148a15
<b>Tipo do arquivo</b>	PDF
<b>Quantidade de assinaturas</b>	1
<b>Quantidade de assinaturas ancoradas</b>	1

**▼ Assinatura por CN=FERNANDA PEREIRA ALTOE:\*\*\*198986\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=20828519000170, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR**

**▼ Informações da assinatura**

<b>Tipo de assinatura</b>	Destacada
<b>Status da assinatura</b>	Aprovado
<b>Caminho de certificação</b>	Aprovado
<b>Estrutura da assinatura</b>	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
<b>Cifra assimétrica</b>	Aprovada
<b>Resumo criptográfico</b>	Correto

**► Informações do assinante****► Caminho de certificação**

---

AVALIE ESTE  
SERVIÇO

EXPANDIR  
ELEMENTOS

Modo escuro ☐



**Comissão de Legislação e Justiça**

**Parecer de 1º turno sobre o Projeto de Lei nº 382/2022**

**Relatório**

O Projeto de Lei nº 382/22, que “Altera-se a classificação de uso quanto a permissividade da Rua Iraci Sansão e dá outras providências.”, de autoria do vereador Helinho da Farmácia, vem a esta Comissão de Legislação e Justiça, seguindo os trâmites regimentais, para receber parecer, sob a responsabilidade desta relatoria.

**Fundamentação**

O projeto de Lei altera para via de caráter misto a classificação quanto à permissividade de uso de toda a extensão da rua Iraci Sansão, Bairro Jatobá, Código do Logradouro 078443.

Assim, após breve explanação do mérito, passo à análise que é própria desta Comissão de Legislação e Justiça, para verificar a conformidade dos aspectos constitucional, legal e regimental da proposta.

**Da Constitucionalidade**

Também conhecido por controle de constitucionalidade preventivo, esse momento é a oportunidade do Poder Legislativo Municipal analisar a conformidade dos projetos de Lei de acordo com os princípios e preceitos Constitucionais para evitar que uma norma inconstitucional adentre o ordenamento jurídico.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu artigo 2º, consagrou o princípio da separação dos poderes, o qual determina:

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA: 05/09/2022  
HORA: 13:48:16



“Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.”

O princípio da separação dos poderes tem como pilares a independência e harmonia entre legislativo, executivo e judiciário. Sendo assim, cada poder tem a esfera de atuação típica que lhe compete.

O projeto de Lei versa sobre assunto de interesse local, de competência municipal conforme dispõe o art. 30, I, da Constituição da República:

“Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;”.

Em relação a esta comissão, não tendo observado qualquer óbice técnico ao projeto apresentado, manifesto pela constitucionalidade do mesmo.

### **Da Legalidade**

Aqui, a legalidade (stricto sensu) pressupõe a redução e concordância de qualquer regra com as Leis, legitimando os atos da administração pública.

No tocante ao Projeto de Lei, ressalta-se que a proposição se encontra em concordância com o art. 83, inciso V, da Lei nº 11.181, de 2019, que aprova o Plano Diretor no Município de Belo Horizonte, vez que o COMPUR não apresentou parecer contrário a alteração da permissividade da Rua Turim quando questionado em pedido de diligência feito por esta relatoria.

Art. 83 - O Compur é o Órgão municipal colegiado responsável pela discussão pública de matérias de política urbana e tem as seguintes atribuições:

(...)



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

V - promover a atualização das classificações viárias quanto à permissividade em relação à instalação de usos não residenciais e à função no sistema de circulação;

Desta forma, do ponto de vista legal e jurídico, manifesto pela legalidade do projeto de Lei 382/2022.

## **Da regimentalidade**

No que tange à regimentalidade do Projeto de Lei verifico que o mesmo foi instruído corretamente de acordo com as normas dispostas no Regimento Interno e com a técnica legislativa. Assim, no que diz respeito à regimentalidade não verifico irregularidade capaz de impedir o prosseguimento do projeto.

## **Conclusão**

Assim, ante as razões expostas, opino pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 382/2022.

Belo Horizonte, 05 de setembro de 2022.

GABRIEL SOUSA  
MARQUES DE  
AZEVEDO:0146  
6629622

Assinado de forma  
digital por GABRIEL  
SOUSA MARQUES DE  
AZEVEDO:01466629622  
Dados: 2022.09.05  
13:43:27 -03'00'

**Vereador Gabriel**

Relator

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

## RELATÓRIO

## ▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

<b>Data de verificação</b>	05/09/2022 16:51:32 UTC
<b>Versão do software</b>	2.9-59-g146ff02

## ▼ Informações do arquivo

<b>Nome do arquivo</b>	Parecer jurídico PL 382.22.pdf
<b>Resumo SHA256 do arquivo</b>	a9dd36c46eda81e191a97d6a862b27ecdca8fa8a5c7350ef6641fc9cc49505b2
<b>Tipo do arquivo</b>	PDF
<b>Quantidade de assinaturas</b>	1
<b>Quantidade de assinaturas ancoradas</b>	1

▼ Assinatura por CN=GABRIEL SOUSA MARQUES DE AZEVEDO:\*\*\*666296\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=20828519000170, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

## ▼ Informações da assinatura

<b>Tipo de assinatura</b>	Destacada
<b>Status da assinatura</b>	Aprovado
<b>Caminho de certificação</b>	Aprovado
<b>Estrutura da assinatura</b>	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
<b>Cifra assimétrica</b>	Aprovada
<b>Resumo criptográfico</b>	Correto
<b>Status dos atributos</b>	Aprovados

## ▶ Informações do assinante

## ▶ Caminho de certificação

## ▶ Atributos

AVALIE ESTE  
SERVIÇOEXPANDIR  
ELEMENTOSModo escuro ☐

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA**  
**PARECER JURÍDICO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 385/2022 - 1º TURNO DE VOTAÇÃO**

**RELATÓRIO**

O Projeto de Lei 385/2022 que "Institui a Política Municipal de Incentivo aos Cursinhos Populares e Comunitários." de autoria das Vereadoras Bella Gonçalves e Iza Lourença, vem a esta Comissão de Legislação e Justiça, seguindo os trâmites regimentais, para receber parecer jurídico.

Tendo preenchido os requisitos para sua interposição, a presente proposição legislativa foi devidamente recebida pela presidência desta Casa Legislativa e instruído com a legislação correlata pela unidade administrativa competente.

Designado relator, passo a analisar o projeto de lei em epígrafe nos termos do art. 52, I, "a" do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

**FUNDAMENTAÇÃO**

O parecer jurídico a ser exarado por este relator deve observar o aspecto jurídico da proposição legislativa posta a exame. Assim, examinaremos o texto do Projeto de Lei 385/2022 relativamente a juridicidade sobre o aspecto da constitucionalidade, legalidade e regimentalidade, bem como verificar a presença das características comuns às normas jurídicas em geral e o seu caráter inovador no ordenamento jurídico.

Passada essa breve explanação, adentremos ao exame dos requisitos acima.

A juridicidade sob o aspecto da compatibilidade da iniciativa legislativa com características exigidas das normas jurídicas, observamos que o projeto de lei em questão é dotado de: generalidade, ou seja, valer para todos sem distinção de qualquer natureza; abstratividade, regulamenta situações abstratamente e não casos concretos; imperatividade, deve ser cumprida e observada por todos; e coercibilidade, a possibilidade de utilizar do aparato e poder estatal para garantir o cumprimento da norma jurídica. Do mesmo modo, o projeto de lei inova no ordenamento jurídico municipal.

Passemos ao exame da juridicidade matéria sob o aspecto da constitucionalidade.

Salientamos que a matéria objeto da iniciativa legislativa não está no âmbito de competência de iniciativa privativa do prefeito municipal. Tal competência deve ser interpretada restritivamente, pois está especificada em *numerus clausus* no art. 61 da Constituição da República de 1988 - CF/88. Nesse sentido é a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal - STF.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ARTIGOS 1º, 2º E 3º DA LEI N. 50, DE 25 DE MAIO DE 2.004, DO ESTADO DO AMAZONAS. TESTE DE MATERNIDADE E PATERNIDADE. REALIZAÇÃO GRATUITA. EFETIVAÇÃO DO DIREITO À ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. LEI DE INICIATIVA

PARLAMENTAR QUE CRIA DESPESA PARA O ESTADO-MEMBRO. ALEGAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL NÃO ACOLHIDA. CONCESSÃO DEFINITIVA DO BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. QUESTÃO DE ÍNDOLE PROCESSUAL. INCONSTITUCIONALIDADE DO INCISO I DO ARTIGO 2º. SUCUMBÊNCIA NA AÇÃO INVESTIGATÓRIA. PERDA DO BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. INCONSTITUCIONALIDADE DO INCISO III DO ARTIGO 2º. FIXAÇÃO DE PRAZO PARA CUMPRIMENTO DA DECISÃO JUDICIAL QUE DETERMINAR O RESSARCIMENTO DAS DESPESAS REALIZADAS PELO ESTADO-MEMBRO. INCONSTITUCIONALIDADE DO INCISO IV DO ARTIGO 2º. AFRONTA AO DISPOSTO NO ARTIGO 61, § 1º, INCISO II, ALÍNEA "E", E NO ARTIGO 5º, INCISO LXXIV, DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL . 1. Ao contrário do afirmado pelo requerente, a lei atacada não cria ou estrutura qualquer órgão da Administração Pública local. Não procede a alegação de que qualquer projeto de lei que crie despesa só poderá ser proposto pelo Chefe do Executivo. As hipóteses de limitação da iniciativa parlamentar estão previstas, em numerus clausus, no artigo 61 da Constituição do Brasil --- matérias relativas ao funcionamento da Administração Pública, notadamente no que se refere a servidores e órgãos do Poder Executivo. Precedentes. (...) (ADI 3394, Relator(a): Min. EROS GRAU, Tribunal Pleno, julgado em 02/04/2007, DJe-087 DIVULG 23-08-2007 PUBLIC 24-08-2007 REPUBLICAÇÃO: DJe-152, DIVULG 14-08-2008 PUBLIC 15-08-2008 EMENT VOL-02328-01 PP-00099 DJ 24-08-2007, PP-00023 RT v. 96, n. 866, 2007, p. 112-117)

A matéria em apreço está em conformidade com o art. 30, I da Constituição da República de 1988 - CF/88. Tal dispositivo prevê, *in verbis*:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;  
(...)

É respaldada também pelos artigos 6º e 208, V da CF/88, que preveem respectivamente:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

(...)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

(...)

As normas contidas na iniciativa legislativa em tela são programáticas, pois trazem objetivos e diretrizes visando facilitar o acesso de alunos de baixa renda ao ensino superior pelo incentivo ao funcionamento de cursinhos populares e comunitários. Dessa forma, a proposição legislativa não invade a reserva de administração do Poder Executivo e nem afronta o art. 2º da CF/88, que contém o princípio da harmonia e separação entre os poderes.

A resposta da Secretaria Municipal de Educação - SMED, às fls. 15 a 16, à diligência de fls.13 constante dos autos do processo legislativo que contém o presente projeto de lei, não traz objeção de natureza técnica, administrativa ou legal, apenas sugere inserção de dispositivo em conformidade com o disposto no art.11, V da Lei Federal 9.394/98, conforme nos diz o trecho a seguir:

**(...) “Dessa forma, mostra-se oportuna a inserção, na referida proposição legislativa, de uma definição que vincule a permissão de uso das unidades escolares da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte (RME-BH) para o funcionamento dos cursinhos populares e comunitários preparatórios para o Enem e para vestibulares, ao atendimento das condicionalidades acima mencionadas previstas na Lei Federal 9.394/98, art. 11, V.” (...)**

Visando atender ao pleito do Poder Executivo apresentaremos emenda visando a inserção do dispositivo solicitado e a retirada de vícios de inconstitucionalidades contidos nos artigos 5º e 6º, quais sejam, respectivamente, a autorização pelo Legislativo a outro poder para exercer atribuição de sua competência e a imposição do dever de regulamentar e fixação de prazo para tal. Segundo jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal - STF, vide os ADI - MC 2367 -SP e o RE: 785046 – SP, tais artigos contrariam o disposto no art. 2º da CF/88.

Com relação à juridicidade sob o aspecto da legalidade, temos presente a legalidade da proposição legislativa que se manifesta pela ausência de contrariedade da iniciativa legislativa com a legislação infraconstitucional em geral, quais sejam, as leis gerais federais, as leis estaduais que dizem respeito à matéria e a lei orgânica municipal.

No caso concreto, vemos a conformidade da proposição legislativa com a Lei Orgânica do Município no seu art. 157 *caput* e § 1º, IV do mesmo artigo:

Art. 157 - A educação, direito de todos, dever do Poder Público e da sociedade, tem como objetivo o pleno desenvolvimento do cidadão, tornando-o capaz de refletir sobre a realidade e visando à qualificação para o trabalho.

§ 1º - O dever do Município com a educação implica a garantia de:

(...)

IV - acesso aos níveis mais elevados de ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

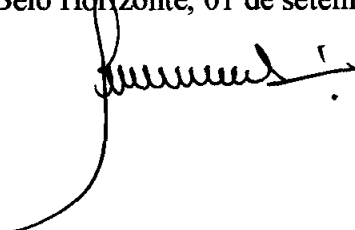
(...)

Quanto à juridicidade sob o aspecto da regimentalidade prevista no art. 99 do Regimento Interno desta Casa, não vislumbramos afrontas ao regimento na presente proposição legislativa em questão.

### CONCLUSÃO

Por todo o exposto, opino pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 385/2022 com a apresentação de emenda.

Belo Horizonte, 01 de setembro de 2022.





VEREADOR REINALDO GOMES PRETO SACOLÃO  
Relator  
SUBSTITUTIVO-EMENDA Nº AO PROJETO DE LEI Nº 385/2022

Institui a Política de Acesso ao Ensino Superior por Estudantes Carentes Mediante o Incentivo aos Cursinhos Populares e Comunitários.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Fica criada a Política de Acesso ao Ensino Superior por Estudantes Carentes Mediante o Incentivo aos Cursinhos Populares e Comunitários no Município de Belo Horizonte.

Parágrafo único - Para os efeitos desta lei, entende-se por cursinho popular e comunitário a entidade sem fins lucrativos, regular e em conformidade com a legislação, que oferece a estudantes de baixa renda cursos preparatórios para o Exame Nacional do Ensino Médio - Enem e para vestibulares.

Art. 2º - Constituem objetivos da política de que trata o art. 1º desta lei:

- I - incentivar a educação popular e promover o acesso ao ensino superior a estudantes carentes;
- II – fomentar cursinhos populares e comunitários por meio da permissão de uso de espaços públicos adequados ao funcionamento de salas de aula;
- III – desburocratizar procedimentos administrativos para permissão de uso dos espaços públicos envolvidos na presente política de incentivo;
- IV – promoção da integração entre a comunidade e o poder público municipal.

Art. 3º - Na implementação da política de incentivo instituída por esta lei observar-se-á o que se segue:

- o uso dos espaços públicos objeto da permissão de uso ocorrerá em dias e horários em que os mesmos estiverem ociosos;
- não haverá interferência no funcionamento normal e regular dos espaços públicos objeto da permissão de uso;
- zelo e cuidado com o patrimônio público na utilização dos espaços públicos objetos da permissão de uso;
- atendimento ao disposto no inciso V, do art. 11 da Lei Federal 9.394/98, em se tratando da permissão de uso de unidades escolares da rede municipal de educação;

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 01 de setembro de 2022.

  
VEREADOR REINALDO GOMES PRETO SACOLÃO

CÂM. MUN. DE BH - 05/09/2022 - 13:38:22 - 007306-1

**Proposta de Diligência ao Projeto de Lei nº 405/2022**  
**Comissão de Legislação e Justiça**

Proponho que o Projeto de Lei nº 405/2022 que *Altera a Lei nº 9.078, de 19 de janeiro de 2005, que estabelece a Política da Pessoa com Deficiência para o Município de Belo Horizonte.*, de autoria do Executivo (Mensagem nº 34, de 22/07/2022), seja baixado em diligência, nos termos do art. 86, II, do Regimento Interno, ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência — CMDPD/BH –, para prestar os seguintes esclarecimentos:

- Houve consulta ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência — CMDPD/BH – quanto à matéria disposta no Projeto de Lei nº 405/2022?
- Há no Projeto em tela algum dispositivo que atente contra a dignidade da Pessoa com Deficiência?
- O Conselho entende pela existência de algum óbice técnico, legal ou de outra natureza para a aplicação das disposições presentes no Projeto de Lei nº 405/2022?

Belo Horizonte, 02 de setembro de 2022

**IRLAN CHAVES  
DE OLIVEIRA  
MELO:9236076  
9634**

Assinado de forma digital por IRLAN  
CHAVES DE OLIVEIRA  
MELO:92360769634  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI  
Multipla v5, ou=22882751000111,  
ou=Presencial, ou=Certificado PF A3,  
cn=IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA  
MELO:92360769634  
Dados: 2022.09.05 12:38:30 -03'00'

Vereador Irlan Melo  
Líder do Patriota

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA: 05.09.2022  
HORA: 12:40:19

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

---

## RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

**Data de verificação** 05/09/2022 15:40:52 UTC  
**Versão do software** 2.9-59-g146ff02

▼ Informações do arquivo

**Nome do arquivo** Diligência PL 405-22.pdf  
**Resumo SHA256 do arquivo** 170a67d5b48e182cd5908fdc250822e2f1  
36ddef0fce09c2975d36c4c4f534b5  
**Tipo do arquivo** PDF  
**Quantidade de assinaturas** 1  
**Quantidade de assinaturas ancoradas** 1

▼ Assinatura por CN=IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA

MELO:\*\*\*607696\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial,  
OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil,  
C=BR

▼ Informações da assinatura

**Tipo de assinatura** Destacada  
**Status da assinatura** Aprovado  
**Caminho de certificação** Aprovado  
**Estrutura da assinatura** Conformidade com o padrão (ISO 32000).  
**Cifra assimétrica** Aprovada  
**Resumo criptográfico** Correto  
**Status dos atributos** Aprovados

▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação

▶ Atributos

AVALIE ESTE  
SERVIÇO

EXPANDIR  
ELEMENTOS

Modo escuro ☐



**PARECER EM 1º TURNO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 408/2022**

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA**

**VOTO DO RELATOR**

**RELATÓRIO**

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei nº 408/2022 de autoria da nobre Vereadora Duda Salabert e dos nobres Vereadores, Irlan Melo e Pedro Patrus, que ***“Altera a Lei nº 8.616/03, que contém o código de posturas do Município, dando nova redação ao parágrafo único do art. 116 e acrescentando o parágrafo único-A ao art. 116”.***

Nos termos do despacho de recebimento às fls. 12 dos autos da proposição em análise, o Projeto de Lei nº 408/2022 foi distribuído a esta Comissão de Legislação e Justiça, sendo a mesma incumbida de avaliar a ***constitucionalidade, legalidade e regimentalidade*** do referido projeto, nos moldes do art. 52, I, "a", do Regimento Interno.

Fui designado relator para exame da matéria e nessa condição, emito o presente voto, tudo em conformidade com o artigo 85 e demais dispositivos afins do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

**1) Fundamentação**

O Projeto de Lei nº 408/2022 alvo deste parecer, tem por objetivo alterar a redação do parágrafo único do art. 116 e acrescentar um “parágrafo único-A” ao mesmo artigo da Lei nº 8.616/03 que ***“contém o código de posturas do Município”.***

A alteração retira a limitação que havia na redação anterior do parágrafo único que trazia um rol taxativo de atividades que poderiam ser licenciadas pelo



Executivo para serem exercidas em logradouro público e com a mudança, novas atividades poderão ser alvo de licenciamento sem a restrição anterior.

Já o dispositivo acrescido ao art. 116 pretende tornar na modalidade simplificada o licenciamento para atividades comerciais em logradouro público durante os finais de semana, pontos facultativos e feriados.

Em suma, os autores do PL justificam sua iniciativa sob a seguinte argumentação:

“O presente projeto de lei propõe alteração ao Código de Posturas para ampliar as atividades de trabalho na cidade em um momento tão delicado da economia. O projeto desburocratiza e possibilita que o poder executivo possa inserir novas atividades econômicas por meio de portaria e ao mesmo tempo permite que as atividades eventuais em praças e logradouros aos finais de semana e feriados, que funcionam como complemento de renda, sejam regularizadas dando segurança aos trabalhadores.”

Desde já, gostaríamos de cumprimentar os nobres Vereadores pela iniciativa. Entretanto, temos que a análise do mérito do presente Projeto não cabe a esta Comissão, sendo tal estudo objeto das demais comissões temáticas desta casa.

Assim, vamos nos ater a análise que é própria desta Comissão de Legislação e Justiça, isto é, os aspectos **constitucional, legal e regimental** do Projeto.

### 1.1) Da Constitucionalidade



Passaremos agora a análise da **constitucionalidade** do Projeto de Lei nº 408/2022.

Também conhecido por **controle de constitucionalidade preventivo**, esse momento é a oportunidade do Poder Legislativo Municipal, de avaliar a conformidade dos Projetos de Lei nascidos nessa casa, bem como daqueles oriundos do Poder Executivo, com os princípios e preceitos das Constituições Federal e Estadual e da Lei Orgânica do Município, visando atuar de maneira preventiva no sentido de se evitar que Projetos de Lei inconstitucionais se tornem Lei.

A chamada **inconstitucionalidade por ação** (cuja presença será avaliada nesta oportunidade) ocorre com a produção de atos legislativos que contrariem normas ou princípios da Constituição, uma vez que deve haver uma **compatibilidade vertical** das normas da ordem jurídica de um país, no sentido que as normas de grau inferior (no caso, as Leis Municipais) somente terão validade se forem compatíveis com a de norma superior, a Constituição (Federal e Estadual).

A incompatibilidade das Leis Municipais (*normas inferiores*) com a Constituição (*norma superior*), pode se dar sob dois aspectos, **formal e material**.

A **inconstitucionalidade formal** refere-se ao procedimento ou forma de elaboração da norma. A inconstitucionalidade ocorre pelo desrespeito das regras previstas na constituição para a criação de uma Lei ou norma (processo legislativo). Temos que o vício formal que ocorre com mais frequência é o vício de iniciativa, no qual um projeto de lei que versa sobre matéria privativa ou reservada a um determinado ente ou autoridade é proposto por quem não tem a competência para tanto. O vício formal é aquele que atinge o ato em seu processo de elaboração.



A ***inconstitucionalidade material*** ocorre quando o teor das Leis contraria preceito ou princípio da Constituição, isto é, está em desacordo com suas disposições, violando direitos e garantias fundamentais, contrariando dispositivos que tratam da estrutura do Estado e da organização dos Poderes.

Feitas essas considerações iniciais, passo à análise dos quesitos de constitucionalidade do PL 408/2022, primeiramente sob o foco da ***iniciativa*** para elaboração do mesmo.

Cada Poder tem a esfera de sua competência exclusiva, privativa ou concorrente delimitada expressamente na Constituição Federal. No que diz respeito aos Municípios e especificamente sobre o tema tratado pelo Projeto, temos o seguinte:

Art. 30. Compete aos Municípios:

- I - legislar sobre assuntos de interesse local;
- II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;
- VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

Depreende-se da leitura dos dispositivos citados que o constituinte originário outorgou aos Municípios a competência para legislar sobre o tema em questão.

Observação semelhante se faz em relação à nossa Constituição Mineira:

Art. 165 - Os Municípios do Estado de Minas Gerais integram a República Federativa do Brasil.



§ 1º - O Município, dotado de autonomia política, administrativa e financeira, organiza-se e rege-se por sua Lei Orgânica e demais leis que adotar, observados os princípios da Constituição da República e os desta Constituição.

§ 2º - Ao Município incumbe gerir interesses da população situada em área contínua do território do Estado, de extensão variável, delimitada em lei.

Art. 166 - O Município tem os seguintes objetivos prioritários:

I - gerir interesses locais, como fator essencial de desenvolvimento da comunidade;

Art. 169 - O Município exerce, em seu território, competência privativa e comum ou suplementar, a ele atribuída pela Constituição da República e por esta Constituição.

Art. 170 - A autonomia do Município se configura no exercício de competência privativa, especialmente:

V - promoção do ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano, ficando dispensada a exigência de alvará ou de qualquer outro tipo de licenciamento para o funcionamento de templo religioso e proibida limitação de caráter geográfico à sua instalação;

Art. 171 - Ao Município compete legislar:

I - sobre assuntos de interesse local, notadamente:

b) o planejamento do uso, parcelamento e ocupação do solo, a par de outras limitações urbanísticas gerais, observadas as diretrizes do plano diretor;

Verifica-se que em nível Estadual, também não existe nenhum óbice aos municípios para legislar acerca do tema objeto do Projeto.





O objeto do Projeto também não está incluído nas hipóteses constitucionais de iniciativa privativa do Executivo, que formam um rol taxativo, exceções, e assim devem ser interpretadas de forma restritiva, não apenas no sentido de que a enumeração constitucional é taxativa, mas principalmente porque não se deve ampliar, através de interpretação, o alcance de seus dispositivos.

O Supremo Tribunal Federal já decidiu:

A iniciativa reservada, por constituir matéria de direito estrito, não se presume e nem comporta interpretação ampliativa, na medida em que, por implicar limitação ao poder de instauração do processo legislativo, deve necessariamente derivar de norma constitucional explícita e inequívoca.

(ADI-MC nº 724/RS, Relator Ministro Celso de Mello, DJ de 27.4.2001)

Assim, sob pena de se esvaziar a competência do Legislativo para iniciar o processo de elaboração das leis, não podemos ampliar o rol das hipóteses taxativas de exercício da competência exclusiva previstas nos dispositivos legais, através de uma interpretação que extrapole tais determinações.

Na Constituição Federal encontram-se elencados em rol taxativo, os casos de iniciativa exclusiva do Presidente da República e tendo-se em vista o princípio da simetria, o mesmo deve ser observado pelos Estados e os Municípios ao sujeitarem suas respectivas Constituições e Leis Orgânicas às normas jurídicas presentes na Constituição Federal, principalmente as relacionadas a estrutura do governo, forma de aquisição e exercício do poder, organização de seus órgãos e limites de sua própria atuação.



Temos assim que o Projeto não cria atribuições, funções nem impõe quaisquer obrigações aos outros poderes, em observância às determinações constitucionais:

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Ainda no que tange à análise material, o Projeto está em concordância com os princípios e ditames da Constituição Federal:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.



Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

VIII - busca do pleno emprego;

Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.

Art. 193. A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais.

Assim, por não violar a competência dos demais entes federativos, conforme se depreende da leitura dos dispositivos constitucionais em observância ao aspecto relacionado a competência e à iniciativa, bem como por estar de acordo com o conteúdo da Carta Magna e da Constituição Estadual, entendo pela **constitucionalidade** do Projeto de Lei nº 408/2022.

## 1.2) Da Legalidade

Aqui, a legalidade (*stricto sensu*) pressupõe a redução e concordância das proposições legislativas à Lei, fazendo com que sua produção se dê em acordo com os preceitos e princípios constitucionais, de modo a legitimar os atos da administração pública:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos **princípios de legalidade**, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:



Assim, temos que atos legislativos devem estar em acordo com as normas superiores e ser adequados as mesmas, incluindo-se aí a Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte – LOMBH.

Acerca do tema objeto do PL 408/22, **verifica-se que há observância às normas de regência da matéria**, evidenciando assim seu caráter jurídico.

No que tange à legalidade estrita, cumpre mencionar que o PL 408/22 não contraria quaisquer das disposições contantes nos arts. 83 a 90 da LOMBH e ainda confirma as seguintes disposições do citado diploma:

Art. 7º - O Município exerce sua autonomia, especialmente, ao:

II - legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar as legislações federal e estadual no que couber;

Art. 11 - Compete ao Município prover a tudo quanto respeite ao seu interesse local.

Art. 12 - Compete ao Município, entre outras atribuições:

XXII - regulamentar e fiscalizar o comércio ambulante, inclusive o de papéis e de outros resíduos recicláveis;

Art. 138 - A ordem social tem como base o primado do trabalho e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais.

Parágrafo único -São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados, na forma da Constituição da República e desta Lei Orgânica.

Dentro da análise da legalidade, temos outro aspecto que deve ser considerado. A lei também deve apresentar **caráter inovador**, ou seja, trazer novidade ao mundo jurídico, isto é, ser autorizada a criar regra nova de direito e a



estabelecer direitos e obrigações aos indivíduos, sendo esse elemento essencial para definição de lei em seu sentido material:

“Se, por um lado, somente a lei pode inovar o ordenamento jurídico, por outro, ela só deve ser produzida se efetivamente se destinar a tal mister. Assim, uma norma que não inove o ordenamento jurídico, isto é, que não possua o atributo da novidade, será injurídica. Um exemplo é um projeto de lei que veicule comando idêntico a outro já previsto em uma lei. Tendo em vista já existir regra positiva sobre o assunto, a edição de nova norma jurídica é desnecessária, por não inovar o ordenamento.”

(OLIVEIRA, Luciano Henrique da Silva; Análise de Juridicidade de Proposições Legislativas)

Tendo em vista tais requisitos, verificamos que o Projeto em análise inova o ordenamento jurídico, uma vez que propõe alterações em norma já existente, trazendo inovações à mesma.

Feitas tais considerações, votamos pela **legalidade** do Projeto de Lei nº 408/2022.

### 1.3) Da Regimentalidade

Entende-se por regimentalidade o conjunto de procedimentos e técnicas redacionais específicas para a elaboração dos textos legais, para que tanto o conteúdo quanto a forma da norma gerada expressem a exata e inequívoca vontade do legislador.

Assim, temos que o PL 408/2022 está instruído corretamente e de acordo com o Regimento Interno, haja vista os preceitos insculpidos nos arts. 99, 106 e 107 do referido diploma legal desta Casa Legislativa, não apresentando quaisquer



impedimentos regimentais que impeçam o seu normal transcurso no processo legislativo municipal, verificando-se que o mesmo atende os aspectos da clareza, técnica legislativa, estilo parlamentar e não constitui matéria prejudicada.

Com isso, votamos pela **regimentalidade** do Projeto de Lei nº 408/2022.

## 2) Conclusão

Diante do exposto, meu parecer e voto são ***pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade*** do Projeto de Lei nº 408/2022.

Belo Horizonte, 02 de setembro de 2022.

JORGE LUIZ  
DOS  
SANTOS:0237  
7068731

Assinado de forma digital por  
JORGE LUIZ DOS  
SANTOS:02377068731  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC  
SOLUTI Multipla v5,  
ou=22882751000111,  
ou=Presencial, ou=Certificado PF  
A3, cn=JORGE LUIZ DOS  
SANTOS:02377068731  
Dados: 2022.09.02 11:36:38 -03'00'

**Vereador Jorge Santos**

**Relator**

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

---

## RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

**Data de verificação** 02/09/2022 14:45:36 UTC  
**Versão do software** 2.9-59-g146ff02

▼ Informações do arquivo

<b>Nome do arquivo</b>	Parecer - PL 408-22 - 1º Turno - assinado.pdf
<b>Resumo SHA256 do arquivo</b>	cb460c27ac874611e5c8f5fa35041d0276d2aad431dffbfd8d3b216d29eb598f
<b>Tipo do arquivo</b>	PDF
<b>Quantidade de assinaturas</b>	1
<b>Quantidade de assinaturas ancoradas</b>	1

▼ Assinatura por CN=JORGE LUIZ DOS SANTOS:\*\*\*770687\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

<b>Tipo de assinatura</b>	Destacada
<b>Status da assinatura</b>	Aprovado
<b>Caminho de certificação</b>	Aprovado
<b>Estrutura da assinatura</b>	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
<b>Cifra assimétrica</b>	Aprovada
<b>Resumo criptográfico</b>	Correto
<b>Status dos atributos</b>	Aprovados

▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação

▶ Atributos

---

AVALIE ESTE  
SERVIÇO

EXPANDIR  
ELEMENTOS

Modo escuro ☐



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

## Comissão de Legislação e Justiça Proposta de Diligência sobre o Projeto de Lei nº 402/2022

- Termo Único  
CMSC

### Relatório

O Projeto de Lei nº 402/2022, que “Dá o nome Roberto Martins à Praça Sem Nome, localizada na Av. José de Oliveira Vaz, entre as Ruas Antônio Bacha e Dr. Javet Barros, no Bairro Buritis.”, de autoria do Vereador Dr. Célio Fróis foi distribuído para esta comissão.

Designado relator para análise da matéria, apresento esta proposta de diligência, nos termos do art. 86, inciso II, do Regimento Interno.

### Fundamentação

Visando exarar um parecer jurídico fundamentado por parte desta relatoria e, conseqüentemente, pela Comissão de Legislação e Justiça, em caso de sua aprovação, solicitamos que seja baixado em diligência o presente projeto de lei à Secretaria Municipal de Governo para informar fundamentadamente:

- se existe algum óbice técnico, legal ou de outra natureza que impeça a nomeação da Praça Sem Nome em questão, localizada no Bairro Buritis;
- se existe interesse e conveniência públicos na referida nomeação nos termos propostos. Em caso negativo informar o motivo.

### Conclusão

Feitas essas considerações, proponho seja pedida a prestação por escrito das informações necessárias, conforme discriminado na fundamentação, ao órgão ali indicado.

Belo Horizonte, 05 de setembro de 2022.

Vereador Reinaldo Gomes Preto do Sacolão

Relator

CMH\_DIRLEG-05/set/22-14:13:53-007397-1





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

### PROPOSTA DE DILIGÊNCIA AO PROJETO DE LEI Nº 410/2022

### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

Leia-se:

Proposta de  
Diligência em  
turno único.  
Unidade CM 693

Proponho que o Projeto de Lei nº 410/2022 de autoria do Excelentíssimo Vereador Bruno Miranda seja baixado em diligência, nos termos do art. 86, II, do Regimento Interno, ao Gabinete do Excelentíssimo Sr. Prefeito Fuad Noman, solicitando seja encaminhado ao órgão competente para emitir parecer sobre a possibilidade, conforme disposição da Lei 9.691/2009, de nomear como Jonísio Lustosa Nogueira à Praça 2602 (código de logradouro nº 302047), no bairro Buritis.

Belo Horizonte, 02 de setembro de 2022

IRLAN CHAVES DE  
OLIVEIRA  
MELO:92360769634

Assinado de forma digital por IRLAN  
CHAVES DE OLIVEIRA MELO:92360769634  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI  
Multipla v5, ou=22882751000111,  
ou=Presencial, ou=Certificado PF A3,  
cn=IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA  
MELO:92360769634  
Dados: 2022.09.02 14:55:15 -03'00'

Vereador Irlan Melo

Líder Patriota

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA: 02.09.2022  
HORA: 15:00:40

[INÍCIO](#)   [TERMOS DE USO](#)   [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com [MP 2.200-2/2001](#)

<b>Data de verificação</b>	02/09/2022 18:01:50 UTC
<b>Versão do software</b>	2.9-59-g146ff02

▼ Informações do arquivo

<b>Nome do arquivo</b>	Diligência PL 410-22.pdf
<b>Resumo SHA256 do arquivo</b>	28772ea7bc56203697da9b5d055f310ed642654702dc0696dd1e1e050300ce14
<b>Tipo do arquivo</b>	PDF
<b>Quantidade de assinaturas</b>	1
<b>Quantidade de assinaturas ancoradas</b>	1

▼ Assinatura por CN=IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA MELO:\*\*\*607696\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

<b>Tipo de assinatura</b>	Destacada
<b>Status da assinatura</b>	Aprovado
<b>Caminho de certificação</b>	Aprovado
<b>Estrutura da assinatura</b>	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
<b>Cifra assimétrica</b>	Aprovada
<b>Resumo criptográfico</b>	Correto
<b>Status dos atributos</b>	Aprovados

- ▶ Informações do assinante
- ▶ Caminho de certificação
- ▶ Atributos



Modo escuro ☐